

Aula 10

REFORMA AGRÁRIA

META

Analisar o processo de Reforma Agrária no Brasil destacando algumas dificuldades para sua concretização.

OBJETIVOS

Ao final da aula o aluno deverá:
Saber reconhecer o processo de Reforma Agrária no Brasil.

Cecilia Maria Pereira Martins

INTRODUÇÃO

Caro aluno(a);

Segundo o estatuto da terra, (Lei 4.504, art. 1º) “Reforma Agrária é o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade”. No seu artigo 16, esta mesma lei afirma que a “Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

O objetivo da Reforma Agrária é a desapropriação das terras improdutivas, através da indenização e da divisão das mesmas para assentamentos. A desapropriação das terras é difícil, principalmente pelos entraves políticos para sua viabilização.

A chamada **Lei de Terras** de 1850 estabeleceu a compra e venda como forma de aquisição da terra, limitando o acesso à mesma, principalmente pela classe que não detinha o capital.

A partir daí tornou-se mais compreensível os motivos que levam e justificam a luta pela terra. Para fins de melhor entendimento pode-se distinguir três momentos diferentes para analisar os conflitos agrários.

O primeiro começa em 1850, ano da promulgação da Lei de Terras e vai até 1940; caracteriza-se pela presença de líderes religiosos de origem popular. Como exemplo deste período temos o movimento de Canudos na Bahia (1870-1897), o movimento liderado por Lampião no nordeste brasileiro (1917 até 1938).

O segundo momento da luta pela terra no Brasil está vinculada à atuação das ligas camponesas, no período entre 1940 a 1960. Estas “lutas radicais localizadas” como eram definidas começaram em Pernambuco, sob o comando do partido comunista. Elas se expandiram não somente por todo o nordeste brasileiro, mas por muitos outros lugares do Brasil, e tinham como objetivo demandas sociais e políticas bem definidas, conflitos violentos pela terra e revoltas populares. Foi neste período (anos 50) que aparece projeto de Reforma agrária, defendendo a radical transformação da estrutura agrária e a dissolução dos latifúndios.

Em 1964, com o golpe militar, o movimento pela Reforma agrária, sob o pretexto da ameaça comunista, foi reprimido e seus líderes presos ou mortos. O governo militar, sob o comando do General Castelo Branco decreta a primeira Lei de Reforma Agrária, chamada de **Estatuto da Terra**. A finalidade pela qual foi criado não foi alcançada, pelo contrário, o estatuto se tornou um instrumento de controle das lutas sociais e desarticulador dos conflitos da terra e não transformador da estrutura fundiária.

Após a década de 1970 se configura o terceiro momento, com o crescimento da luta pela terra. É a época das primeiras ocupações de terra, sob a influência da chamada ala progressista da Igreja Católica, que oferecia resistência à ditadura. Surgiram nesta época a comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, com a colaboração da igreja, e começam a tomar corpo, os sindicatos rurais, este sob a influência do governo.

Já a década de 1980 se apresentou bem diferente para os pequenos agricultores e proletariado rural, ocorrendo ao mesmo tempo o crescimento do segmento empresarial que acumulava capital e do número de sindicatos de trabalhadores rurais, bem como da crise que se arrastava desde os anos de 1970.

Em se falando de Reforma Agrária, é interessante, abordar, mesmo de forma superficial, a trajetória do MST (Movimento dos Sem Terra), para um melhor entendimento sobre a disputa pela terra no Brasil. De um lado estão os latifundiários, proprietários de grandes áreas, representados pela UDR (União Democrática Ruralista), e de outro, estão os representantes de vários movimentos dos sem-terra. Enquanto os primeiros discutem que a reforma deve ocorrer em terras do governo e assim garantido a propriedade privada, o que inviabiliza a questão, já que a maioria das terras do governo é improdutiva, e está localizada na Floresta Amazônica. Além disso, possuem poder nas decisões políticas, utilizando-se na maioria das vezes do enfrentamento e da violência contra os trabalhadores sem-terra.

É sabido que a implantação efetiva da Reforma Agrária promoveria um maior desenvolvimento do Brasil, porém para isso na realidade se concretizar seria necessário a colaboração de políticos e pressão da sociedade.

Já o desejo dos sem-terra é a construção de uma nova sociedade, igualitária, daí sua proposta está fundamentada na mudança da atual estrutura capitalista de organização de produção (MORISSAWA, 2001).

Diante destas divergências, percebe-se que a proposta do MST poderia promover mudanças significativas na divisão de terras de nosso país e consequentemente avanços em questões sociais e econômicas. Em Janeiro de 1984, ocorreu o primeiro encontro do MST em Cascavel, quando foi reafirmada a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima dos trabalhadores rurais.

A partir daí e sintetizando os passos deste movimento temos em 1985, a realização do primeiro Congresso Nacional do MST, em Curitiba, no Paraná. Neste mesmo ano, é aprovado pelo governo Sarney o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo objetivo era aplicação do Estatuto da Terra e a viabilização da Reforma Agrária. Muito pouco do que foi proposto foi cumprido e durante a Assembleia Constituinte os políticos se organizaram com a criação da UDR (União Democrática Ruralista), atuando no incentivo à violência no campo, através da bancada chamada Ruralista no parlamento e contando com o favorecimento da mídia.

Apesar dos ruralistas terem imposto emendas conservadoras na Constituição de 1988, para os movimentos sociais houve uma importante conquista, no que diz respeito ao direito a terra através dos artigos 184 e 186.

O governo de Fernando Collor de Melo significou um período de retrocesso na luta pela terra e recuo do MST, pois o presidente Collor era totalmente contra a Reforma Agrária e contava também com a desaprovação de parlamentares ruralistas que o apoiavam.

Em 1990, foi realizado o II Congresso do MST, em Brasília, quando foi discutido principalmente a expansão do Movimento em nível nacional. O lema era: “Ocupar, resistir, produzir”.

No governo de Fernando Collor houve uma quase paralização do movimento; no governo de Itamar Franco o MST retomou sua força e pouco a pouco foram realizadas algumas desapropriações.

A partir do encontro nacional, ocorrido em Salvador em 1993 o movimento ganha maturidade tentando unir tantos os trabalhadores do campo como os da cidade contra o latifúndio.

Com Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, volta a se dar importância a agroexportação, com uma política voltada para os interesses do mercado internacional e resolução do pagamento da dívida externa. Foi um período que provocou grandes prejuízos no meio rural, com aumento da pobreza, da desigualdade reforçando o êxodo rural, a falta de trabalho e de terra.

O III Congresso Nacional do MST, em 1995, ocorrido em Brasília reafirmou a Reforma Agrária como uma luta fundamental no campo, mas agregava os trabalhadores urbanos para uma vitória mais legítima. A palavra de ordem era “Reforma Agrária uma luta de todos”. Cinco anos depois, em agosto de 2000, promove-se o IV Congresso Nacional, também realizado em Brasília, cujo lema foi “Por um Brasil sem latifúndio” que passou a orientar o movimento até os dias atuais.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2001, embora tivesse como objetivo a derrota das elites, não gerou mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola em benefícios dos trabalhadores rurais. A luta continua, a fim de garantir a construção de agricultura que tenha como prioridade a produção de alimentos e a distribuição de renda, baseada na justiça social e na dignidade humana.

O MST tem como objetivo organizar os trabalhadores do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças.

CONCLUSÃO

A luta pela posse da terra no Brasil teve início no período da colonização, quando as terras foram distribuídas nas mãos de poucos, que formaram latifúndios monocultores, inicialmente no plantio da cana-de-açúcar e depois do café. É um erro pensar que a Reforma Agrária se confunde e/ou pode ser resolvida pelas diferentes propostas de reforma, apresentadas por partidos políticos e planos de governo e se resume na escolha de uma delas.

O que precisa levar em consideração é que a questão agrária tem o seu próprio desdobramento histórico e a sua própria temporalidade, que não é a de uma história partidária, ou seja, de um partido político, nem muito menos o “tempo” de um governo.

O tempo da conjuntura histórica implica menos julgar ações e opiniões de pessoas, e ser contrário ao que são ou parecem ser e fazem. Implica, isso sim, considerar as condições e consequências estruturais e históricas do que pensam e dizem, o alcance das decisões que tomam, os limites dessas ações e as possibilidades de seu alcance definidas pela circunstância histórica. (MARTINS, 2000, p.99)

Desta forma uma política de reforma agrária, está na dependência do conhecimento da questão agrária para qual ela é a resposta.



RESUMO

O objetivo principal desta aula, foi apresentar uma reflexão sobre o processo mais recente da reforma agrária no Brasil, quando a posse e o uso da terra se tornam entraves para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Vimos também o papel do governo, da Igreja, e da sociedade civil representada pelas organizações e movimentos populares, como o MST e sua importância histórica neste processo.

A reivindicação da reforma agrária, (...), nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. (MARTINS, 2000, p.102)

Podemos concluir então que os propósitos eram mais humanitários e ideológicos que propriamente por uma visão de necessidade de mudança.



ATIVIDADES

Terminada a aula quando abordamos sumariamente sobre a Reforma Agrária relacione suas próprias ideias sobre o tema, levando em consideração sua própria experiência. Depois disso, comente sobre o processo de Reforma Agrária no seu município ou em algum outro que tenha conhecimento.

Para que você possa realizar as questões elaboradas, é necessário, além da leitura cuidadosa do texto apresentado, que você pesquise na bibliografia sobre o tema.



AUTOAVALIAÇÃO

Quando terminar a leitura do texto, lembre-se de marcar seu nível de compreensão do mesmo.

Excelente ()

Bom ()

Regular ()

Ruim ()



PRÓXIMA AULA

Esta foi nossa última aula da disciplina Geografia Rural. Tenho certeza que ela serviu para uma melhor compreensão do que trata a Geografia Rural, seu objeto e método, seu conceito, os atuais desafios do espaço rural, movimentos sociais no campo e por último a Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

JAYNES, Chandler, Billy. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponeses?**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.

MORISSAWA, Mitsue. **A historia da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

STEDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. P. 45-67.

ONOFRE, Gisele Ramos e SUZUKI, Júlio Cesar. Reflexões sobre a reforma agrária no Brasil. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa –UNGRUP, São Paulo, pp. 1013 – 1034.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. p. 45-66. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, v.2, 2005.